

FILOSOFIA: DE QUE SE TRATA?

Laurenio Leite Sombra*

RESUMO: esse trabalho busca empreender uma tentativa de conceituar a filosofia, assumindo-se a dificuldade inerente a essa tarefa. Parte de três características apresentadas por Nietzsche a partir de formulações iniciais de Tales de Mileto, e propõe uma quarta, a exigência de argumentação. Em seguida, busca justificar a posição da filosofia, frente à especialização das ciências modernas. Mostra como ainda se dá um espaço constante de repensar *aquém* ou *sobre* modelos de pensamento já estabelecidos pela ciência, religião, moral ou estética, espaço que sempre transita em torno do risco de afetar as posições já estabelecidas.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia. Conceito.

1 INTRODUÇÃO

Filosofia é uma disciplina que provoca reações diametralmente opostas. De um lado, ela parece representar o que há de mais profundo e sábio na história ocidental. Sabemos que boa parte do processo histórico de construção do que chamamos de “Ocidente” (um espaço mais espiritual que geográfico, que partiu dos gregos antigos, chegou aos romanos, fixou-se na Europa e espraiou-se pelos descendentes dos europeus, como os norte-americanos, latino-americanos, a Oceania, entre outros...) teve participação dos primeiros filósofos, localizados nas cidades estados da antiga Grécia. Os autores mais eruditos conhecem, em geral, os grandes filósofos como Kant, Nietzsche, Heidegger, Sartre, Derrida, Wittgenstein e parecem ser influenciados por eles.

Por outro lado, filosofia também parece remeter a algo por demais abstrato num mundo tão concreto como o de hoje. Não é incomum o jargão “vamos parar de filosofar” que nos traz a todos de volta para o mundo das coisas práticas, “onde elas realmente

* Professor Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: lausombra@hotmail.com



acontecem”. Quem conhece também um pouco da história da filosofia sabe que ela se iniciou num período em que não havia exatamente “ciências” como conhecemos mais ou menos desde o Século XVII, então ela se estabelecia num espaço relativamente soberano de racionalidade. Mesmo no início da era moderna, por exemplo, Newton tratava a Física como “Filosofia Natural”. Aos poucos, as disciplinas, inicialmente as Ciências Naturais e posteriormente as Ciências Humanas, ganharam certa autonomia. Isso certamente exigiu uma nova delimitação do espaço da filosofia, mais ou menos como a fotografia em relação à pintura. Hoje em dia questionamentos sobre a origem do universo são feitos muito mais para os físicos, e sobre a origem da vida, para os biólogos. Mesmo questionamentos sobre o homem podem ser feitos para antropólogos.

Então: de que trata mesmo a filosofia e ela ainda tem alguma importância hoje? Para aumentar a nossa dificuldade, os filósofos em geral não conseguem assumir um conceito uniforme sobre a própria filosofia. Há tantos conceitos (pelo menos) quantas linhas filosóficas. Apesar disso tudo, pretendo mostrar aqui que é possível alguma delimitação da filosofia a partir de certo conceito ainda um tanto incerto dela, e de uma reflexão sobre a sua própria história. Pretendo mostrar também que ela é produtiva (e, às vezes perigosa) para a construção humana.

Partindo do princípio. Tradicionalmente, o primeiro filósofo é considerado Tales, morador da cidade de Mileto, localizada geograficamente na Ásia Menor, no extremo Oeste, em território que hoje pertenceria à Turquia – é importante ressaltar que a Grécia Antiga, formada por diversos Estados independentes, mas unidos por língua e cultura próximas, não corresponde apenas ao território atual da Grécia. Tales fundou a chamada Escola Jônica, que ainda gerou pelo menos dois outros filósofos importantes, Anaximandro (principalmente) e Anaxímenes. Isso, no Século VI a.c.

Segundo consta, Tales tinha um bom conhecimento astronômico e meteorológico (possivelmente herdado dos Babilônios), inclusive com boa capacidade de previsão de colheitas e movimentos dos astros (Heródoto cita que ele teria previsto um eclipse solar). Mas a principal referência ao Tales filósofo foi a sua tentativa de definir a água como a matriz de todas as coisas. O filósofo alemão Friedrich Nietzsche, em seu livro *A filosofia na era trágica dos gregos*, faz uma boa definição da importância dessa reflexão:



A filosofia grega parece ter início com uma ideia inconsistente, com a sentença de que a água é a origem e como que o útero materno de todas as coisas; é mesmo necessário deter-se aí com calma e tomar isso a sério? Sim, e por três motivos: primeiro, porque a sentença enuncia algo a respeito da origem das coisas; e, segundo, porque o faz sem imagem e fabulação; e, por fim, em terceiro lugar, porque nela está contido, ainda que em estado embrionário, o seguinte pensamento: tudo é um. O primeiro motivo mencionado deixa Tales ainda em companhia dos religiosos e supersticiosos, mas já o segundo retira-o de tal companhia e se nos apresenta como investigador da natureza; todavia, em função do terceiro motivo, Tales torna-se o primeiro filósofo grego (NIETZSCHE, 2008, p. 43).

Tentemos entender o que Nietzsche viu aí de tão importante, e porque isso é relevante para compreendermos do que trata a filosofia. A preocupação inicial de Tales com a origem das coisas marca a história da filosofia. Isso porque os filósofos sempre buscam os “fundamentos” das coisas: do homem, do mundo, da linguagem, da verdade, etc. (a filosofia do Século XX e, antes, o próprio Nietzsche, começou a empreender sérias críticas à noção de fundamento, mas não precisamos aqui chegar a esse nível de aprofundamento). Mas, como Nietzsche reconhece, essa não é uma preocupação peculiar à filosofia. Todo grande mito, todo sistema religioso, também se faz perguntas semelhantes.

O segundo aspecto já tem um caráter mais singular. Ao produzir uma reflexão sobre os fundamentos sem “imagem e fabulação”, ou seja, sem o uso de narrativas mitológicas, imagens fantásticas, recurso fundamental aos deuses, etc., se inaugurou outra forma de refletir sobre o mundo. É tradicional o contraponto histórico que se faz à origem da filosofia, como a construção de uma razão (*Lógos*, em grego) em contraposição a uma visão mítica. Iniciava-se, então, outra forma de se representar o mundo e a nossa situação nele.

Finalmente, quando Tales busca explicar a origem do mundo a partir de um único elemento (o “Tudo é Um” em estado embrionário), ele inicia, ainda de forma tênue, um processo de elaboração do pensamento que cada vez mais aproximaria a filosofia ao **conceito**. Ou seja, à “submissão do individual ao geral”, a entidades abstratas que



designam categorias ou classes a entidades, eventos ou relações. E progressivamente, a filosofia cada vez mais se torna uma reflexão sobre conceitos ou sistemas de conceitos.

Eu acrescentaria um quarto aspecto, que considero tão importante quanto os anteriores. A filosofia se constituiu desde o seu primeiro filósofo como um espaço em que a autoridade é relativizada. Os discípulos mais reputados de Tales, Anaximandro e Anaxímenes, já produziram formulações, embora influenciadas por ele, diferentes do seu mestre – Anaximandro, por exemplo, definiu uma entidade bem mais abstrata que a água, o *Apeíron* (espécie de ser informe e inacabado), como origem do mundo. Ao contrário da história dos relatos míticos e religiosos, fazia parte do processo de construção da filosofia, desde o seu início, a possibilidade da sua **refutação**. E, sendo assim, foi cada vez mais necessário que a filosofia se constituísse em torno de **argumentos**, recurso possível para tentar convencer aos possíveis ouvintes ou leitores de que determinado princípio filosófico é melhor do que outro. Assim, o argumento é um aspecto fundamental da filosofia que, afinal, a contrapõe, aos relatos imagéticos e fabulares dos mitos, ligando esse aspecto ao segundo.

Tentemos fazer uma síntese: a filosofia é, então, o processo de reflexão sobre conceitos ou sistemas de conceitos em torno de fundamentos (mesmo que, de forma pós-moderna, para questionar esses fundamentos) ou questões últimas do humano, desenvolvidos por meio de processos argumentativos, mais que imagéticos e fabulares, sendo palco constante de processos de incorporações e refutações. Mesmo que haja construções filosóficas que, de alguma forma, “traiam” essa definição – mais uma vez, o próprio Nietzsche construiu obras literárias como *Assim Falava Zaratustra*, com evidentes objetivos filosóficos, mas cheia de “imagens e fabulações” -, é possível se dizer que elas circulam “em torno” da mesma tradição. O fundamental é que elas busquem sempre incorporar, analisar ou refutar conceitos à/da tradição filosófica.

Um olhar mais atento irá perceber que as ciências também partilham da maior parte das características citadas acima, embora nem sempre da tal busca dos fundamentos. As ciências também se valem de uma literatura baseada em argumentos, também recusam aspectos míticos (aliás, de forma bem mais rigorosa que a filosofia),



também lidam com conceitos, também vivem de constantes processos de incorporação e de refutação.

A grande diferença é que o que conhecemos hoje por ciências (uma construção mais sedimentada a partir do Século XVII), se deu a partir de um processo de formalização (em última análise, de um **método**) que permitiu uma repetição segura dos fatores estudados, jamais encontrado na filosofia. As ciências naturais, com ênfase na Física inicialmente, desenvolveram sofisticadas construções teóricas que articulavam fórmulas matemáticas como elemento definidor da teoria, corroboradas por sistemática pesquisa empírica. A Matemática já contém em si as notações que permitem uma “demonstração interna”. Mas, exceto a matemática, as ciências dependem de constatação empírica e têm objetos definidos circunscritos a ela. Pela própria natureza dessas disciplinas, as teorias que foram “superadas” já são universalmente rejeitadas, diferente da filosofia.

Com o crescente prestígio das ciências, especialmente das ciências naturais, a filosofia teve de repensar a sua natureza. Ela ocupou, é possível ser dito, uma “fresta” entre o rigor metodológico das ciências e o dogmatismo das religiões (Cf. RUSSELL, 1977). Por que, então, que ela ainda é necessária?

Usemos as próprias ciências para tentar explicar, desde que não se limite a filosofia a uma filosofia das ciências. Todo pensamento científico, como Thomas Kuhn constatou no século XX, parte de *paradigmas*, modelos de pensamento que embasam as perguntas e as categorias com as quais os cientistas elaboram suas pesquisas. Os paradigmas são *teias* que o pensamento científico se utiliza para tentar pescar o mundo objetivo que ele pesquisa. Uma possível reflexão filosófica se dá *sobre* essas teias ou *aquém delas*. Por que pensamos com esses modelos e não com outros? Da mesma maneira, a filosofia nos permite questionar a forma com que nos colocamos no mundo, nossos sistemas éticos, religiosos, políticos, etc.

O que diferencia, por exemplo, uma ciência política de uma filosofia política é que a primeira vai tentar elaborar pesquisas empíricas em torno do fenômeno objetivo da política em nossa sociedade, e/ou compará-lo com o mesmo fenômeno em sociedades anteriores, em determinado tempo/espço delimitado. A filosofia política vai produzir



uma reflexão em torno dos fundamentos do político, conceitos essenciais que sustentam a forma que pensamos em torno do político. Se pensarmos a passagem da política de Aristóteles a Maquiavel; de Maquiavel a Locke; de Locke a Rousseau; de Rousseau a Marx, por exemplo, vemos que novos conceitos foram sendo incorporados. Só com Maquiavel, a questão do poder e da manutenção de um governo ganha relevância. Só com Locke, o indivíduo ganha a devida importância política. Só com Rousseau, a desigualdade social e as iniquidades da propriedade aparecem em sua plenitude. Só com Marx, as relações políticas e de dominação foram associadas às relações de produção. Cada pensador apresentou um novo campo conceitual, um novo modelo com o qual podemos olhar o mundo político. Quem faz ciência política já o faz a partir de um campo pré-estabelecido por alguma dessas reflexões, ou por um misto delas.

Ainda mais aquém que cada “região” da pesquisa filosófica (moral, religião, ciências, estética, etc.), a filosofia pode se aprofundar ainda mais e tentar elaborar ou desfazer conceitos em torno de tudo o que “é”. Ela pode tentar formular uma compreensão teórica sobre a estrutura fundamental de todos os entes, de tudo o que, de alguma forma, pode *ser*. É isso o que nós chamamos, em última análise, de *ontologia*. Em alguns sentidos, de *metafísica*.

Claro que se faz ciência política, discussões éticas e religião sem recorrer constantemente à filosofia, mas a possibilidade de se pensar nisso sem assumir necessariamente o peso da tradição permite que se repense sobre cada um desses aspectos. *Pensar aquém* significa, portanto, o direito de *repensar*. E ao fazer isso, podemos sempre descongelar posições já estabelecidas, sejam elas valores ou visões sobre o mundo. A filosofia nos permite, portanto, “mexer no que está quieto”. Justamente porque uma nova filosofia só faz sentido quando ela questiona os modelos de pensamento que assumimos, hoje, como universalmente válidos.

Um exemplo: vivemos num momento da história em que há um grande valor do indivíduo e da sua liberdade, e a principal igualdade que é enfatizada é a igualdade de oportunidades. Pode fazer parte de uma proposta filosófica repensar esse modelo, formas diferentes de pensar a humanidade com menos ênfase no indivíduo e outra abordagem para o conceito de liberdade. É possível que alguma dessas formas



alternativas seja considerada absurda demais para o nosso sistema de pensamento atual. É aí que estão localizados os perigos e sabores da filosofia.

Não é à toa que Luciano Cântora (2003) fez um livro sobre a filosofia citando a história de vida de alguns filósofos gregos, e chamou o livro de *Um ofício perigoso*. Talvez um dos exemplos mais marcantes desse “ofício perigoso” tenha sido Sócrates, condenado à morte por impiedade e corrupção da juventude. Naturalmente, o conjunto de provocações que Sócrates fazia ao pensamento vigente da Atenas do século IV a.c., questionando o aprendizado por meio dos poemas homéricos, a noção de democracia, os sábios sofistas, os conceitos de virtude, entre outras coisas, incomodou a muitos atenienses. Mas Sócrates não estava sozinho. Muitos séculos depois, “maquiavélico” tornou-se um adjetivo de tudo de mais vil que pode haver na face da terra. Rousseau foi preso, exilado e teve vários de seus livros proibidos. Espinosa ganhou uma pecha de maldito durante alguns séculos. E, para não ficarmos distantes, há poucas décadas atrás, alguém poderia ser preso no Brasil por ser considerado marxista. É possível que a filosofia acadêmica quase nunca seja um “ofício perigoso”, mas a esperança é que ela esteja eventualmente gestando algum novo pensador “maldito” que lance sementes para uma nova transformação do nosso modo de enxergar o mundo. Pode ser perigoso, mas já dizia o poeta Hölderlin:

“Onde mora o perigo
É lá que também cresce
O que salva”

REFERÊNCIAS

CÂNFORA: Luciano. **Filosofia: um ofício perigoso**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. **A filosofia na era trágica dos gregos**. São Paulo: Hedra, 2008.

RUSSEL, Bertrand. **História da filosofia ocidental**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1977.





Laurenio Leite Sombra

<http://lattes.cnpq.br/7672819763506182>

